# O manual de bolso do catalogador de Adelaide Hasse

*Adelaide Hasse's handbook for the cataloguer*

**Mariana Xavier de Oliveira**
Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, SC, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0009-0003-4724-7369
E-mail: mariana.xavier.o@posgrad.ufsc.br

**Camila Monteiro de Barros**
Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, SC, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9207-5565
E-mail: camila.c.m.b@ufsc.br

## Resumo

A representação descritiva tem o objetivo de facilitar o acesso a determinado documento. Os catálogos, no entanto, necessitam de padronização e para alcançá-la minimamente os profissionais se munem de manuais para realizar o registro. O objetivo deste artigo é destacar a série A *Handbook for the cataloguer*, publicado em 1902 por Adelaide Hasse com o intuito de facilitar a inserção de documentos governamentais nos catálogos e descrever a parte 1. A metodologia utilizada foi de pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica para a investigação teórica e histórica dos dois manuais e documental durante a análise propriamente dita. Como metodologia adotou-se uma análise descritiva na qual os itens a serem descritos, além da estrutura do manual, são: público – alvo, linguagem, objetivo, especificidade, organização, tipologia documental e ano de publicação. Por referir-se a um manual e não um código de regras, o Handbook for the Cataloguer – Part 1 é de fácil compreensão e organizado de forma a não confundir o leitor. Facilita o trabalho de tratamento e apresenta as informações necessárias para os procedimentos

**Palavras-chave**: Adelaide Hasse; a handbook for the cataloguer – part 1; manual de catalogação; representação descritiva.

## Abstract

Descriptive representation is meant to make a given document easier to find. Catalogs, however, need standardization, and to achieve at least a basic level of it, professionals rely on manuals when creating records. The aim of this article is to highlight the series A Handbook for the cataloguer, published in 1902 by Adelaide Hasse with the aim of facilitating the insertion of government documents in catalogs, and to describe part 1. The study used bibliographic and documentary research. Bibliographic research supported the theoretical and historical investigation of the two manuals, while documentary research was used in the actual analysis. A descriptive analysis was adopted, covering not only the manual's structure but also its target audience, language, purpose, specificity, organization, document types, and year of publication. Because it is a manual rather than a rule code, Handbook for the Cataloguer – Part 1 is easy to understand and arranged so as not to confuse readers. It streamlines processing work and supplies the information needed to carry out the procedures.

**Keywords** Adelaide Hasse; a handbook for the cataloguer – part 1; AACR2R; cataloguing guides; descriptive representation.

## 1. Introdução

A segunda metade do século XIX foi marcada por ampla variedade de estudos relacionados à padronização dos catálogos, tanto descritivos quanto temáticos. Pouco antes da virada do século, em 1899, a *Library of Congress* (LC) iniciava a distribuição das primeiras fichas catalográficas. Para Sales (2012), é nesse momento que a LC assume posição central na cena da catalogação de documentos americana. Nesse contexto, Adelaide Hasse muda-se para New York para assumir uma vaga na *New York Public Library* (NYPL) e, mais tarde, seria promovida a chefe do Departamento de documentação.

Como consequência da inclusão de diversas bibliotecas independentes ao sistema NYPL, as relações da unidade de informação com o governo foram se aprofundando, de modo que a instituição se tornou responsável também pela documentação oficial governamental. No entanto, de acordo com Hasse (1902), não havia consenso quanto à forma de tratar esses documentos e muito menos em relação à padronização do tratamento desses materiais.

Com o intuito de estandardizar os registros, em 1902, Adelaide Hasse publicou, pela *Library Bureau* de New York, a série intitulada *A Handbook for the Cataloguer*, composta por quatro partes. No prefácio da Parte 1 da publicação, Hasse expressava a esperança de passar adiante seus dez anos de experiência lidando com documentos governamentais[1] e de auxiliar aqueles com menos experiência, que poderiam encontrar dificuldades no tratamento técnico de documentos tão específicos.

Através do levantamento dos aspectos fundamentais do manual e da descrição dos itens que o compõem, o objetivo geral do artigo é destacar um manual de catalogação, compilado por uma mulher que contribuiu grandemente para a biblioteconomia, que segue continuamente sem ser considerado e estudado.

Esta pesquisa é classificada como bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. É considerada documental, pois, de acordo com Menezes (2009), o objetivo é apresentar o manual que ainda não recebeu tratamento analítico, elaborado por Hasse, além de apropriar-se de documentos já existentes, como a biografia da profissional e documentos que abordam a realidade documental daquele contexto histórico. Como técnica, será adotada a

[1] Tradução de *Public Documents*. Documentos que eram emitidos e publicados a partir dos processos realizados em todas as esferas do governo estadunidense na época e que compunham a Série do Congresso, disponibilizada a bibliotecas selecionadas para disponibilização à população.

análise descritiva dos itens presentes na parte 1 da série: ano de publicação, objetivo, público-alvo, organização, especificidade, linguagem e tipologia documental.

Foram consultadas as bases como, Portal de Periódicos CAPES, Biblioteca Pública de Nova York, Archive.org, BDTD, SciELO, além da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. Para a pesquisa nas bases de dados, foram utilizadas as palavras-chave: Adelaide Hasse, Adelaide Rosalia Hasse, Handbook for the Cataloguer, Catalogação século XX, Histórico da catalogação.

## 2. Adelaide Rosalia Hasse

Em 1889, quando Tessa Kelso assumiu o cargo de bibliotecária chefe da *Los Angeles Public Library* (LAPL), a biblioteca já havia passado por mudanças substanciais. Tessa não possuía experiência no gerenciamento de bibliotecas, mas tinha uma qualidade que os membros do conselho consideravam valiosa: experiência com relações públicas, tendo atuado como publicitária em um jornal. Mesmo que sem formação na área, Kelso frequentava assiduamente a *American Library Association* (ALA), e, portanto, estava a par das dificuldades e desafios que poderia encontrar ao ocupar o cargo. (Hansen; Gracy; Irvin, 1999)

Naquele mesmo ano, Adelaide Hasse foi contratada, aos 21 anos de idade, para atuar como auxiliar de Tessa Kelso. Hasse havia considerado a carreira acadêmica algumas vezes, mas as únicas carreiras abertas às mulheres da época eram o magistério e a enfermagem (Beck, 2006).

Começou a carreira de auxiliar de bibliotecária na LAPL, recebendo 40 dólares por mês. Embora não fosse uma das carreiras com salários mais bem remuneradis, por essa razão, ela não teve muitos problemas em conseguir o emprego, já que não era tão atrativo aos homens da época (Beck, 2006).

A equipe formada por Kelso na LAPL, era composta por ela e outras cinco mulheres, incluindo Adelaide sob a responsabilidade de Tessa Kelso, uma grande figura da biblioteconomia estadunidense, Adelaide trabalhou, aprendeu, evoluiu e se politizou. Foi acusada de sufrágio em uma época em que uma acusação dessas era suficiente para acabar com a reputação de uma mulher. Assumiu responsabilidades que condiziam com o nível de confiança que sua supervisora tinha nela (Beck, 2006).

Durante os primeiros anos de Adelaide na instituição, Kelso já se deparava com um determinado volume de documentos governamentais. Segundo Nelson e Richardson (1986), isso só se tornou um problema expressivo quando a LAPL se tornou um repositório de documentos emitidos pelas três esferas governamentais direcionados à cidade de Los Angeles.

No relatório anual de 1891, documento que relatava o desempenho dos funcionários da instituição, Hasse foi mencionada, apontando seu excelente serviço na notação e classificação de documentos governamentais, tornando-os de fácil acesso aos usuários (Beck, 2006). É desconhecido o sistema completo de classificação desenvolvido por Adelaide na LAPL, tem-se acesso apenas ao *checklist* que ela utilizava, que é extremamente similar ao sistema mais tarde aperfeiçoado durante seu período no *U.S Government Printing Office* (GPO) (Beck, 2006).

No ano de 1895, Hasse deixou a LAPL e aceitou uma vaga no GPO. Foi durante esse período que a classificação criada por ela para os documentos públicos emitidos pelo departamento de agricultura foi oficialmente publicada. Hasse foi contratada sob supervisão do então Superintendente de Documentos, Francis Crandall, que partilhava do interesse dela em documentos (Nelson; Richardson, 1986; Beck, 2006).

Adelaide assumiu o emprego apenas quatro meses após a promulgação da legislação que centralizava os documentos emitidos pelo governo federal no departamento de documentos no GPO e, mais uma vez, Hasse se viu em uma organização que precisava se reestruturar. O departamento precisava compilar e publicar um Índice compreensivo (*Document Catalogue*) de publicações do governo federal, um Índice consolidado (*Document Index*) de publicações do congresso e um catálogo mensal de divulgação de novos documentos inseridos no sistema (Beck, 2006).

Em 1896, foi publicado o *List of publications of the U.S department of agriculture from 1841 to june 30th 1895, inclusive*, que contava com uma *Letter of Transmittal* de William Parker Cutter, na qual ele explicava como e por quem a lista foi compilada, e um *Compiler's Preface*, no qual Hasse afirma que não existia a pretensão de perfeição, visto que era apenas um *checklist* para bibliotecários que se vissem obrigados a lidar com a documentação mencionada pela publicação (Beck, 2006; Hasse, 1896).

De acordo com Nelson e Richardson (1986), Adelaide utilizou o princípio de proveniência, agrupando os documentos por departamento, subdivisões e por forma. Os autores

supõem que a escolha de Adelaide não foi exatamente pelo princípio em si, mas foi uma escolha lógica pela própria natureza da documentação, que tinha como elemento de destaque a agência emissora do documento. A sistemática da lista contava com notação mista de números, letras e dois pontos.

Como todos os documentos eram emitidos pela mesma secretaria, no caso, a de agricultura, os dígitos numéricos partiam da classificação do *Secretary of Agriculture, Office* AG 2. Por exemplo:

*Report of Commissioner of Patents, showing the operations during the year* 1841. (Henry L. Ellsworth.) 25 pp. Este documento recebeu a classificação de **AG 2:841**, sendo AG 2 – *Annual Reports* do *Secretary of Agriculture, Office* e, separado pelos dois pontos, seguem os três últimos dígitos do ano correspondente.

Não havia preocupação com relação a documentos possuindo os mesmos números de classificação, pois apenas relatórios elaborados pelo secretário se enquadram neste item. Relatórios de outras divisões entravam nas respectivas classificações (Hasse, 1896).

Em 1904, foi publicado o *List of publications of the agriculture department: 1862 - 1902 with index*, que apesar de ter sido publicado como responsabilidade do Superintendente de Documentos, os créditos de desenvolvimento foram concedidos a ela legitimamente (Beck, 2006). Aquele foi o início de outros muitos índices, divididos por estados e áreas específicas, que seriam publicados mais tarde.

O *List of publications of the U.S department of agriculture from 1841 to june 30th 1895, inclusive* foi o predecessor do que hoje é conhecido como *U.S. Superintendent of Documents Classification* (SuDoc) (Nelson; Richardson, 1986).

Após se desligar do GPO em 1897, Hasse se muda para New York para assumir um cargo na *New York Public Library* (NYPL), a recém-fundada instituição (a NYPL foi organizada em 1895 a partir da junção das bibliotecas Astor e Lenoxx, as duas principais bibliotecas existentes em New York que enfrentavam problemas financeiros, e a *Tilden Foundation*) que abrigava John Shaw Billings como diretor (Beck, 2006).

De acordo com Beck (2006), o contato entre Hasse e Billings já acontecia desde a saída de Adelaide da LAPL. Tanto ela quanto Kelso haviam contatado o colega, questionando se Adelaide não poderia assumir o cargo de catalogadora na instituição. Billings, a princípio, não a contratou alegando que não havia nenhuma vaga de catalogador disponível na NYPL. Hasse

então o convidou para visitá-la no GPO na próxima vez que estivesse em Washington D.C, para que verificasse por si mesmo o trabalho que Adelaide havia desenvolvido. Billings aceitou o convite, mas ressaltou que antes de contratar uma responsável para a divisão de documentos, eles precisavam dar conta dos livros e folhetos da instituição. O interesse de Billings em visitá-la parecia não passar de um pretexto para conseguir o apoio de Adelaide, de modo que a NYPL recebesse a "Série do Congresso" (a série era composta de documentos publicados a partir das decisões tomadas no congresso nacional), que eram enviadas às bibliotecas selecionadas para disponibilizar a Série ao público (Beck, 2006).

A visita inicial de Billings não foi suficiente para que ele fizesse oferta de emprego à Hasse. No entanto, um ano depois, quando Adelaide mais uma vez o escreveu relatando sua insatisfação no GPO, Billings ofereceu a vaga de Catalogadora de Materiais, que incluía, mas não se limitava, a documentos governamentais. A NYPL já possuía uma sala destinada a Documentos Governamentais, que foi incluída juntamente com as salas para periódicos, jornais, literatura infantil e patentes (Beck, 2006).

Junto com a oferta da vaga, veio o lembrete de que ela não possuía formação superior, visto que Billings ofereceu um salário de 75 dólares e a informou que havia egressos da *Harvard University*, que compunham o departamento e, por sinal, eram exímios em seu trabalho, que recebiam a mesma quantia (Beck, 2006).

Por volta de 1901, durante o período em que atuou na NYPL, Adelaide debruçou-se sobre a documentação a ela confiada. Ficou claro que as pessoas que ali trabalhavam, muitas sem conhecimento da área de biblioteconomia, não sabiam como lidar nem o que fazer com aquela documentação. Foi então que Adelaide começou a elaborar a série de folhetos *Handbook for the Cataloger*. A série contava com quatro volumes e tinha a intenção de facilitar e, mais importante, padronizar a catalogação do material por aqueles que não tinham conhecimento técnico para tal. Ou seja, a linguagem não era rebuscada e nem técnica demais. Apresentava conceitos de fácil compreensão, características facilmente identificáveis nos documentos e um passo a passo que poderia ser seguido sem grandes complicações (Beck, 2006; Hasse, 1902).

A catalogação passava por um momento um tanto conturbado: muitas ideias surgiram nas décadas anteriores e, depois de muitas reuniões e debates, foi publicado o *A.L.A. Rules: Advanced Edition*.

## 3. Catalogação na virada do século XX

Não existe possibilidade de falar sobre catalogação no fim do século XIX sem apresentar o contexto do período que foi marcado pelo alto volume de documentos produzidos e pelo surgimento de diferentes tipologias documentais, que dificultavam muito o trabalho de um catalogador, que tinha de se atualizar com maior frequência do que seria aceitável.

Para Mey e Silveira (2009), a catalogação pode ser compreendida como o estudo, a preparação e a organização de metadados, com base em registros do conhecimento existentes ou passíveis de inclusão em um ou mais acervos.

Em 1876, nasce a profissão de bibliotecário nos Estados Unidos. É nesse ano que são publicados *A Classification and Subject Index for Cataloguing and Arranging the Books and Pamphlets of a Library*, de Melvil Dewey (primeira edição da Classificação Decimal de Dewey), e as regras de Cutter. É também nesse ano que o *Library Journal* foi publicado pela primeira vez e que, logo após a *Centennial Exposition*, daquele ano, 103 bibliotecários se reuniram na Filadélfia para a conferência nacional, de onde surgiu a *American Library Association* (ALA) (Blake, 2002).

Um dos tópicos em voga durante a conferência da ALA de 1876 foi o ressurgimento do conceito de catalogação cooperativa de Jewett, e os responsáveis por trazer o assunto à tona foram justamente Cutter e Dewey. Foi então que a ALA criou sua primeira Comissão de Indexação Cooperativa, com o objetivo de padronizar a catalogação em todo o país. No ano seguinte, a comissão publicou o primeiro relatório com uma série de sugestões de regras que poderiam ser seguidas pelas bibliotecas e abriu-se a discussão. As regras não foram aprovadas (Strout, 1956; Dobreski, 2020).

Em 1878, a Comissão de Títulos Uniformes publicou uma proposta derivada tanto dos trabalhos de Jewett quanto das regras de Cutter, intitulada *Condensed Rules for Cataloging*. A Comissão solicitou a opinião dos catalogadores e entrevistou algumas dezenas de bibliotecários e, na Conferência de Boston de 1879, a Comissão de Indexação Cooperativa aprovou a publicação. Na ocasião, o caminho para um código de catalogação uniforme entre Estados Unidos da América, Canadá e Grã-Bretanha foi interrompido, visto que, deste lado do oceano atlântico os bibliotecários não consideravam os esforços dos europeus suficientemente convincentes (Blake, 2002).

Em 1877, bibliotecários britânicos se reuniram com a intenção de formar a *Library Association of the United Kingdom* (LA). Um grupo de dezesseis importantes figuras na biblioteconomia estadunidense estiveram presentes, entre eles Charles Ammi Cutter. Assim como na Filadélfia, no ano anterior, a maioria das discussões ocorreram em torno da padronização dos códigos de catalogação, inclusive, a terceira sessão do evento era composta de sete trabalhos que tratavam especificamente de bibliografia e catalogação. Em resposta a esses trabalhos, Cutter advogou tanto pelos catálogos em fichas, quanto pelo formato de dicionário, com entradas de autor, título ou assunto (Blake, 2002).

Os esforços dos britânicos não foram em vão: em 1881 foi publicada a primeira edição de *Cataloging Rules of the Library Association of the United Kingdom* (LA) e, em 1883, a segunda edição. Ambas seguiam o modelo de Jewett (Miksa, 2021).

Uma vez que os britânicos pareciam ter entrado nos eixos e que haviam empregado esforço considerável, em 1882 a Comissão de Indexação Cooperativa retomou os trabalhos na tentativa de encontrar um meio termo entre os códigos da ALA e da LA (Blake, 2002).

Em 1883, a comissão, através da ALA, publicou na *Library Journal* o *Condensed Rules for an Author Title Catalog*. Não se tratava de um código extremamente detalhado, mas de regras gerais que poderiam ser aplicadas. A estrutura lembrava muito as empregadas por Panizzi e Cutter, além de dividir-se em seis partes principais: Entradas, Cabeçalhos, Títulos, Casa Publicadora, Conteúdo e Notas. Mantinha-se a folha de rosto como fonte principal de informação e a transcrição exata do título (Miksa, 1977; Blake, 2002).

Não se esperava que o *Condensed Rules* fosse utilizado sozinho, uma vez que não era detalhado o suficiente para dar conta de padronizar a catalogação estadunidense. Recomendava-se que se utilizasse as regras de Cutter como complemento (Miksa, 1977; Blake, 2002).

*Rules for Author and Classed Catalogs as Used in the Columbia College Library* publicado por Melvil Dewey em 1886, passou a ser conhecido como *Library School Card Catalog Rules*. Este código nada mais era do que uma expansão das regras da ALA. Em 1889, o chefe da Comissão de Cooperação da ALA sugeriu que o *Library School Rules* fosse aceito como uma revisão do *Condensed Rules*. Mas, como o código de Dewey diferia em pontos muito estratégicos do código de 1883, a sugestão foi negada (Miksa, 2021).

Em 1900, a ideia de um catálogo cooperativo ainda não havia sido superada, no entanto, seria impossível atingir esse objetivo sem antes acordarem em um código nacional que todas

as bibliotecas pudessem utilizar. Nos Estados Unidos, as bibliotecas não conseguiam chegar a um acordo. Então durante a Conferência de Montreal, em 1900, surgiu a ideia da criação de uma comissão que ficasse responsável por mediar a comunicação e encontrar um meio termo entre as regras adotadas pelas bibliotecas. Em dezembro do mesmo ano, o Conselho Editorial da *American Library Association* apontou um conselheiro para participar das reuniões da comissão. A Associação estava determinada a alcançar a padronização (Mey, 1995).

No entanto, a responsabilidade de imprimir as fichas para catalogação não caiusobre a Associação. A LC e a ALA entraram em um acordo, e a *Library of Congress* ficou responsável pelas impressões. Esse acordo, apesar de intencionar facilitar, acabou criando algumas rusgas, havia consideráveis diferenças entre os códigos de catalogação utilizados pelas duas instituições (Blake, 2002).

A ALA estava disposta a fazer concessões a fim de não dificultar a impressão das fichas, no entanto, a situação não era tão simples, visto que os apontamentos da Comissão teriam de ser levados em consideração. Ainda em 1901, a Comissão chegou à conclusão de que o novo código seria idealizado para atender às bibliotecas acadêmicas. Discussões foram levantadas em torno das tipologias de materiais que o código englobaria e, principalmente, de como seriam definidas as entradas. Também ficou decidido que as variações, relacionadas às regras da *Library of Congress* seriam alocadas no campo de notas. Em julho de 1901, o conselho editorial finalmente autorizou a publicação de *ALA Catalog Rules for Printed Cards* (Dunkin, 1969).

Em março de 1902, a Comissão reuniu-se com o objetivo de trazer uniformidade na revisão das regras da ALA, a quarta edição de *Rules for a Dictionary Catalog* de Cutter, que seria impressa, e a nova edição das regras da escola de biblioteconomia (American Library Association; Library Association, 1908).

A comissão rapidamente chegou a um acordo, e o relatório foi entregue durante a conferência da ALA daquele ano. Após um longo e amargo debate, o relatório foi aprovado e um esboço foi impresso pela *Library of Congress* sob o título *A.L.A. Rules: Advanced Edition* (Mey, 1995).

Durante a primeira década do século XX, bibliotecários estadunidenses já se destacavam por sua padronização e organização ao realizar os registros bibliográficos do acervo das unidades de informação, no entanto, no momento que a LC assume a impressão das fichas catalográficas, a necessidade de manter esses catálogos padronizados se intensifica.

Em 1908, é publicado o primeiro código significativo para a catalogação, o *Catalog Rules: Author and Title Entries*, também conhecido por *Anglo – American Code* (AA1908), compilado a partir da colaboração de duas importantes instituições: *The American Library Association* (ALA) e *The Library Association*. O código foi o primeiro resultado da parceria Anglo – Americana, no entanto, as duas organizações não conseguiram chegar a um consenso no que dizia respeito a alguns pontos, resultando na publicação de duas versões: a versão britânica e a versão americana (Hunter; Bakewell, 1991).

Apesar de os americanos aceitarem o AA 1908 e as duas atualizações que o seguiram, eles ainda não estavam satisfeitos com as normas. Essa insatisfação foi expressa por Andrew Osborn, em 1941, e por Seymour Lubetzky, em 1953, através do livro *Cataloging rules and principles*, que trazia críticas expressivas e apresentava formas "menos complexas" de catalogar (Hunter; Bakewell, 1991).

Para Osborn (1941), a catalogação era considerada uma arte e, como tal, deveria manter suas regras curtas e simples, no entanto, o autor admitia que esse era um ponto de vista um tanto romântico para lidar com o assunto. Um dos problemas que ele apontava era que após um período romancista, o classicismo tendia a surgir, trazendo consigo a preocupaçãoexcessiva com a forma e normas, se tornando o centro da discussão.

Tanto Osborn quanto Lubetzky criticavam o quão técnica a catalogação havia se tornado, apontando que a prática havia se perdido no montante de códigos e atualizações. Osborn, inclusive, aponta que a catalogação estava existindo por si só, com mais frequência do que o necessário. A comunidade bibliotecária estava extremamente preocupada em compilar códigos e padronizar as formas. Na opinião do autor, a teoria mais proeminente para tratar a catalogação era a normativa, pois, de acordo com a teoria, a indicação de autoridade deveria sempre existir para evitar problemas, e as possíveis formas de fazer a entrada dos documentos havia se tornado foco das discussões na década anterior (Osborn, 1941).

Lubetzky (1953), no entanto, não questiona os códigos, mas a complexidade, o obscurecimento dos objetivos e o design dos códigos. O autor indagava a necessidade de todas aquelas regras e se, de fato, o nível de complexidade e tecnicismo presentes eram inevitáveis. No *Cataloging rules and principles*, ele propõe analisar regra por regra e levantar alguns questionamentos acerca do assunto. Certamente, que o autor não analisou regra por regra, mas assegurou ao leitor de que as regras que seriam analisadas poderiam demonstrar as deficiências estruturais dos códigos.

As críticas expressadas pelos dois autores ganharam o apoio da comunidade bibliotecária e ajudaram a pavimentar o caminho para a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, sediada em Paris no ano de 1961, da qual resultou a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação, que apresentava o catálogo como uma ponte de comunicação entre catalogador – documento – usuário.

## 4. *United States Government Publications: A handbook for the cataloguer – part 1*

A série *Handbook for the Cataloguer* diferia muito dos códigos tradicionais idealizados até aquele momento, principalmente por não haver qualquer intenção de se apresentar como um código, como pode ser notado no próprio título.

No prefácio da parte um do material, Hasse (1902) afirma que ali continham sugestões para bibliotecários e não-bibliotecários que porventura pudessem ter a necessidade de catalogar documentos de publicação governamental, visto que por se tratar de uma profissão relativamente recente, nem todos os trabalhadores de bibliotecas possuíam formação técnica na área. Não havia pretensão nenhuma de que o manual fosse visto como um código ou um conjunto de regras e era importante ressaltar que embora os exemplos dados referissem à esfera Federal, que podiam ser aplicados tanto às estaduais quanto às municipais.

Hasse (1902) também afirma que todas as sugestões ali presentes eram resultado de quase dez anos de experiência lidando com documentos governamentais e que, após tantos anos tentando adaptar as regras aplicadas em documentos bibliográficos e falhando, estava na hora de colocar as peculiaridades de tais documentos no papel.

Hasse (1902) defende, ainda, a ideia de que era possível catalogar a Série do Congresso com as regras existentes nos códigos tradicionais, mas que seria empregar um trabalho desnecessário na adaptação de tais regras. Apontava que a grande dúvida que surgia na hora de descrever os documentos era a diferença entre entrada de autor e casa publicadora, uma vez que, se tratando de publicações governamentais da época, tornava-se um tanto difícil determinar a responsabilidade, para exemplificar tal dificuldade, ela se utilizou do exemplo das obras publicadas como anônimos ou por um pseudônimo que não tivessem autoria já conhecida.

Ela finaliza a introdução afirmando que por se tratar apenas de sugestões, as bibliotecas tinham toda a liberdade de ignorar o manual e continuar os processos da forma que achassem

pertinentes, e ressalta, mais uma vez, que o manual é resultado de anos tratando documentos governamentais e que poderia facilitar muito o trabalho do bibliotecário (Hasse, 1902).

O manual é dividido em quatro capítulos: *Introduction*, *The Constitution*, *Statutes* e *Treaties* (Hasse, 1902).

Na *Introduction*, Hasse inicia dizendo que para compreender os documentos governamentais, é necessário compreender a estrutura do governo, seja ele federal, estadual ou municipal. Ela apresenta as esferas do governo estadunidense (municipal, estadual e federal) e os poderes que as compõem (legislativo, executivo e judiciário) além de apresentar de forma resumida e objetiva o papel de cada um deles, além de fazer um paralelo com o mundo corporativo, mais especificamente da administração de bibliotecas. Ela, inclusive, aponta quais instituições seriam as representantes de cada um dos poderes em suas respectivas esferas, por exemplo, a representante do judiciário a nível federal seria a *Supreme Court* (Hasse, 1902).

Na *The Constitution*, a primeira palavra após o título é "*Federal.*", para que não houvesse confusão sobre a qual esfera do governo a Constituição pertence. É apresentado um pequeno conceito de constituição junto com as informações históricas referentes a ela, como local e data da assinatura, data em que entrou em vigor e como se deu o desenvolvimento. Nesse pequeno parágrafo, afirma também que independentemente de tratar-se de uma cópia impressa pelo *Government Printing Office* ou por uma editora privada, isso não deveria afetar a entrada. Apresenta diversos exemplos, de constituições de diversos outros países e em seguida, segue o mesmo padrão para apresentar as constituições estaduais e municipais, apresentando dados históricos para contextualizá-las, além de apresentar exemplos, inclusive, de como diferenciá-las em um registro (Hasse, 1902).

Na seção estadual do capítulo *Constitution*, Adelaide menciona as constituições dos estados durante período colonial, no qual cada colônia, mais tarde estado, tinha seu governo e legislação (Hasse, 1902).

Explica também que a Constituição estadual jamais poderia se sobrepor à Federal. No caso das entradas, ela escreve que após a explicação, o leitor não teria problemas em defini-la (Hasse, 1902).

*The Statutes*, é o capítulo mais longo do manual, por apresentar um nível altíssimo de detalhamento. Hasse afirma que é possível que esses documentos acompanhem a constituição caso eles se tornem projetos de lei ou emendas constitucionais, no arquivamento e nos registros.

No entanto, caso não tenham sido aprovados, por não serem produtos de sessões do Congresso, e sim de uma colaboração entre representantes de uma das casas, seria quase impossível colocá-los em qualquer outra categoria. É dividido da seguinte forma: *Bills and Resolutions, Acts, Ship Laws, Pamphlet or Session Laws, Statutes – at – large, Revised Statutes.* Em todas essas divisões, Hasse apresenta o conceito, origem dos documentos, os documentos que podem ou não acompanhar cada tipologia, o contexto documental no qual estão inseridos, e dá exemplos federais, estaduais e municipais. Em alguns casos, como em *Bills and Resolutions,* ela inclui a classificação para melhor organização física, apesar de não ser o foco do manual, provavelmente para melhor visualização do registro (Hasse, 1902).

O próximo capítulo é o *Treaties* que, dos capítulos, é o que possui um contexto histórico detalhado. Hasse, além de conceituar, explica em que situações eles podem ser firmados, deixa explícito que serão sempre firmados entre duas nações independentes ou mais e apresenta exemplos tanto dos Estados Unidos quanto de outros países. Menciona por quem esses tratados são firmados em alguns regimes governamentais, inclusive na monarquia, quem o assinava era o soberano. Explica que embora um tratado seja um acordo entre duas nações, a única forma de descrevê-lo e classificá-lo é sob o poder executivo e em alguns casos, do senado. Demonstra, inclusive, que a entrada óbvia seria pelo nome do país, ou seja, um tratado entre Estados Unidos e Canadá, a entrada seria pelo nome dos Estados Unidos e a menção do Canadá seria em notas, junto da data, local de assinatura e objetivo do tratado. É também o único capítulo que não apresenta exemplos estaduais ou municipais, por razões óbvias (Hasse, 1902).

Todos os capítulos possuem bibliografia, e esta é apresentada ao final de cada capítulo.

O material, composto de 44 páginas, apresenta as informações de forma concisa, simples e organizada, com linguagem adequada ao nível de escolaridade do seu público-alvo e preocupa-se em simplesmente atender à finalidade à qual foi idealizado.

## 5. Considerações finais

Ao levar em consideração o *Handbook for the cataloguer – part 1*, é possível identificar que não se trata de um código de catalogação, e não são apresentadas regras e exceções como se esperaria de um código. Trata-se de um conjunto de sugestões idealizadas ao longo dos, então, dez anos de trabalho de Adelaide Hasse em lidar com a citada tipologia documental.

A série foi publicada em 1902 e tinha como objetivo auxiliar os colaboradores das bibliotecas que estivessem incumbidos de catalogar documentos governamentais, fossem eles bibliotecários com formação formal na área ou não.

Compilado para compreensão de todos, sem linguagem técnica ou rebuscada, facilita, inclusive, a compreensão do funcionamento governamental do país explicando detalhada e objetivamente cada item que pudesse surgir. A linguagem é tão simples, que através dos exemplos dados por ela, chegam a ser lúdicos.

Foi desenvolvido exclusivamente para tratar de documentos governamentais, ou seja, documentos emitidos e publicados por uma esfera governamental fosse ela federal, estadual ou municipal, independente também do poder que estivesse por trás da publicação

O manual é de simples organização, apresenta-se por tipologia, esfera do governo e então parte-se aos documentos especificamente. Cada documento tem suas particularidades. Particularidades estas, que são apresentadas de forma a não confundir o leitor, com exemplos e exceções quando é o caso.

Manual de alta especificidade, apesar de suas poucas 44 páginas, visto que trata exclusivamente de documentos emitidos e publicados pelo governo. Não se aprofunda em responder questões pouco práticas, e nem adentra a teoria envolvida, muito menos na política.

**Referências**

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION; LIBRARY ASSOCIATION. **Catalog rules**: author and title entries. Chicago: American Library Association Publishing Board, 1908. Disponível em: https://archive.org/details/catalogrulesaut01assogoog/page/n4/mode/2up?view=theater. Acesso em: 8 jul. 2025.

BECK, C. **The new woman as librarian**: the career of Adelaide Hasse. Lanham, Maryland: Scarecrow Press, 2006. 367 p. Disponível em: https://archive.org/details/newwomanaslibrar00clar. Acesso em:8 jul. 2025.

BLAKE, V. L. P. Forging the anglo–american cataloging alliance: descriptive cataloguing, 1830 – 1908. *In:* JOACHIM, M. D. (ed.) **Historical aspects of cataloging and classification**. New York: Haworth Information Press, 2002. p. 3-22.

DOBRESKI, B. Anglo-American library cataloging. **ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization.** 2020. Disponível em: https://www.isko.org/cyclo/cataloging#top. Acesso em: 8 jul. 2025.

DUNKIN, P. S. **Cataloging U.S.A**. Chicago: American Library Association, 1969.

HANSEN, D. G; GRACY, K. F; IRVIN, S. D. At the pleasure of the board: women librarians and the Los Angeles Public Library, 1880-1905. **Libraries & Culture**, v. 34, n. 4, p. 331-346, 1999.

HASSE, A. R. **List of publications of the US department of agriculture from 1841 to june 30th 1895, inclusive.** Washington: Government Printing Office, 1896. Disponível em: https://archive.org/details/CAT31301212. Acesso em: 8 jul. 2025.

HASSE, A. R. **United States government publications:** a handbook for the cataloger: part 1 – t he government at large. New York: Library Bureau, 1902. 56p. Disponível em: https://archive.org/details/p1unitedstatesgo00hassuoft/page/n5/mode/2up. Acesso em: 8 jul. 2025.

HUNTER, E. J.; BAKEWELL, K. G. B. **Cataloguing**. 3. ed. rev. London: C. Bingley, 1991.

LUBETZKY, Seymour. **Cataloging rules and principles**: a critique of the A.L.A. rules for entry and a proposed design for their revision. Washington: Library of Congress, 1953. 65 p. Disponível em: https://archive.org/details/catalogingrulesp00lube. Acesso em: 8 jul. 2025.

MENEZES, E. M. **Pesquisa Bibliográfica**. Florianópolis, SC: CIN/CED/UFSC, 2009. 86 p.

MEY, E. S. A. **Breve histórico dos catálogos e da catalogação**, Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 217 p.

MIKSA, F. L. Cataloging principles and objectives: history and development. C**ataloging & Classification Quarterly**, v. 59, n. 2-3, 2021. Disponível em:

https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781003211785-4/cataloging-principles-objectives-history-development-shawne-miksa. Acesso em: 8 jul. 2025.

MIKSA, F. L. **Charles Ammi Cutter**: library systematizer. Littleton: Libraries Unlimited, 1977. Disponível em: https://archive.org/details/charlesammicutte0000cutt/page/n5/mode/2up. Acesso em: 8 jul. 2025.

NELSON, G. K; RICHARDSON, J. V. Adelaide Hasse and the early history of the U.S. Superintendent of Documents classification scheme. **Government Publications Review**, United States, v. 13, n.1, p. 79 - 96, 1986. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0277939086900300. Acesso em: 8 jul. 2025.

OSBORN, Andrew D. The crisis in cataloging. **The Library Quarterly,** Chicago, v. 11, n. 4, p. 393-411, 1941. Disponível em: https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/615055?journalCode=lq. Acesso em: 8 jul. 2025.

SALES, R. **A presença de Kaiser no quadro teórico do tratamento temático da informação (TTI)**. Orientador: José Augusto Chaves Guimarães. 2012. 190 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/Sales_R_de_mestrado_CI_2012.pdf Acesso em: 8 jul. 2025

STROUT, R. F. The development of the catalog and cataloging codes. **The Library Quarterly**, Chicago, v. 26, n. 4, 1956.

Artigo submetido em: 08 fev. 2024
Artigo aceito em: 29 jan. 2025